



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATA**16ª REUNIÃO DO COMITÊ INSTITUCIONAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - CIPE (Portaria Presi - 10203343)**

Data: 23 de novembro de 2020

Horário: das 15:00h às 17:30h

Local: Reunião virtual via Teams. A gravação da reunião está disponível [AQUI](#)**Membros do Cipe Participantes**

Carlos Frederico Maia Bezerra - Diretor- Geral da Secretaria

Wânia Maríça Araújo Vieira - Diretora da Secretaria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação

Maria Cristina Turnes - Diretora da Secretaria de Gestão Administrativa

Glória Lopes Trindade - Diretora da Secretaria Judiciária

Estela Maria Barbosa da Cruz - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Lúcio Melre da Silva - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

Ionice de Paula Ribeiro - Diretora da Secretaria de Bem-Estar Social e Saúde

Hilton Vieira Coelho - Diretor da Coordenadoria de Execução Judicial

Clécio Martinelli França - Diretor da Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional

Ivani Luiz de Moraes - Assessora de Comunicação Social

Alexandre José Amaral Ferreira - Secretário Executivo da Coordenação dos Juizados Especiais Federais

Gabriela Vaz Junqueira Artiaga - Secretária Executiva da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região

Raquel Lopes Jorge - Secretária Executiva da Coordenação do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região

Adelson Vieira Torres - Diretor da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro

Demais Participantes

Marília André da Silva Meneses Graça - Diretora da Secretaria de Auditoria Interna e Consultora do Cipe

Patrícia Pereira dos Santos - Chefe do Gabinete da Presidência

Rose Anne Menezes Machado - Chefe de Assessoria do Gabinete

José Roberto Pimenta Ferretti - Chefe da Assessoria de Projetos

Maria Carolina de Souza Ribeiro - Diretora da Divisão de Planejamento e Monitoramento da Estratégia

Marília de Souza Mello - Diretora da Divisão de Gestão da Informação

Maria do Bom Conselho G. S. Felicíssimo - Diretora da Divisão de Comunicação Administrativa

Euzébio Sá Cavaignac Neto - Diretor da Divisão de Engenharia

Vanessa Rodrigues Barbosa Siqueira - Presidente do Comitê Gestor do Plano de Logística Sustentável

Carlos Roberto de Jesus Domingues - Supervisor da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental e Acessibilidade e Inclusão

Oscar Campos Reis Neto - Supervisor da Seção de Apoio à Melhoria de Processos

Vânia Regina Fernandes - Supervisora de Seção de Monitoramento de Projetos Estratégicos

1. Abertura da reunião

A reunião inicia-se com o Diretor-Geral declarando aberta a 16ª Reunião do Cipe-TRF1, agradecendo a presença de todos, apresentando a pauta da reunião e passando a palavra à Diretora da Diple.

2. Prestação de contas antecipada do ciclo 2015-2020

Maria Carolina da Diple inicia apresentando o resultado das prestações antecipadas de contas, com situação até setembro de 2020, encaminhadas pelas unidades do Tribunal no PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000, explicando que a finalidade dessa medida foi registrar as contribuições das unidades com os objetivos estratégicos e as metas do Planejamento Estratégico 2015-2020 estabelecido para a 1ª Região, a situação das contribuições das unidades com relação as iniciativas estratégicas e as dificuldades enfrentadas pelas unidades do TRF1 que necessitem de intervenção da Governança para a conclusão das iniciativas em andamento.

Apresenta o quadro abaixo que consolida as contribuições das unidades com relação aos objetivos estratégicos e metas.

UNIDADES E N. DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SEI	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS											INICIATIVAS DAS UNIDADES				
	1 – Buscar a satisfação do cidadão	2 – Agilizar os trâmites judiciais	3 – Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	4 – Agilizar os trâmites judiciais dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	5 – Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	6 – Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado	7 – Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	8 – Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa	9 – Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	10 – Reduzir o acúmulo de processos demandados repetitivos e dos grandes litigantes	11 – Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal		12 – Otimizar custos operacionais	13 – Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal	14 – Assegurar a eficiência dos serviços de TI para a Justiça Federal	15 – Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal
	METAS RELACIONADAS															
	Metas processuais de 1 a 8	Metas processuais de 1 a 8 Produtividade de magistrados e servidores	META 3 – Conciliações	META 7 – Produtividade criminal	META 8 – Trabalho exp. anual, Trfj pessoas	META 9 – Produtividade nos processos de execução não fiscal	META 5 – Produtividade nos processos de execução fiscal	META 4 – Produtividade nos processos de improbidade	Avaliação do sistema de controles internos	META 6 – Produtividade nas ações coletivas	META 9 – Sustentabilidade: Satisfação clima organizacional; Redução do Absenteísmo; Promoção exames periódicos	META 9 – Sustentabilidade	Melhoria das práticas de gestão estratégica	Aprimoramento da tecnologia a informação	Aprimoramento da tecnologia a informação	
ASCOM 11303611	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Plano de Comunicação da Estratégia
ASFAJ 11227385	*	*		*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Transformação Digital ALEI – Análise Legal Inteligente
CGPLS 11212424	*											*	*			Plano de Logística Sustentável 2019/2020
COGER 11434538	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Realização de Correções Gerais Ordinárias Atualização compatibilização das normas Corregedoria Regional Meta 2 CNI de nivelamento das Corregedorias-Relatar 80% procedimentos disciplinares em 180 dias Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no Pje de Primeiro e Segundo Grau
COISI 10964085 11072334	*	*							*	*	*	*	*			Implementação do INFORSINT – Informes de Inteligência Curso de formação no Exército Curso de formação no BOPE Habilitação para pistola e revolver
COJEF 11335416	*	*	*							*		*				Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e Trs
COREJ 11192007	*	*				*						*		*		Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da JF (SCIF) E-PrecWeb
ESMAF 10926168	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*				Implantação de Plataforma EAD para Magistrados Cursos abordando os temas: demandas repetitivas, execuções fiscais e não fiscais, improbidade administrativa, ações criminais, conciliação. Reuniões
NUCON 11476467	*	*	*							*						Sistema de Agendamento da Audiências de Conciliação Curso de Formação Virtual de Conciliadores e Mediadores Voluntários Capacitação dos Diretores dos Cejus e Secos Sistema de Agendamento Automático de Audiências de Conciliação Portaria Conjunta Coger/Cojef/Sitcon Auxílio Emergencial Covid 19 Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça Plataforma Consumidor.gov.br
NUJEP 11339665		*		*			*	*	*	*		*				SIB – Sistema Inteligente de Busca
SECGA 11483038	*	*								*	*	*				Construção da Nova Sede do TRF1 Projeto Padrão para Sedes de Subseções Detecção, Prevenção e Combate a Incêndio dos edifícios do TRF1 Acessibilidade para os edifícios do TRF1
SECAU 11169773	*									*	*	*		*		Reestruturação da Secretaria de Controle Interno Gestão de Riscos nos Processos de Compras
SECBE 11457144		*								*	*					Ações de Qualidade de Vida Exames Periódicos de Saúde
SECGE	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Aquisição de ferramenta de BI e Evolução do e-Sist Câmaras Regionais Previdenciárias Unidades Avançadas de Atendimento Selo Estratégia em Ação Gestão de Riscos Procin-Jud Plano de Logística Sustentável -2016 Plano de Gerenciamento de Resíduos Modernização da Revista Readequação padrões organizacionais das Seccionais (Des)Envolvimento de Líderes 11539558
SECGP										*		*				Distribuição Efíca de Servidores PMAT – Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho 11512287
SECIN 11202983	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Implantação do Pje Transparência de TI Gestão de Demandas de TI – GOTI Implantação da Estratégia de TI – PreTI
SECFU	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	SIAP – Sistema de Autuação da Pesquisa de Prevenção
SECOR 11571824	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	Reestruturação dos CPDs Adaptação de sistemas internos para – Justiça em Ns

Em seguida é mostrada a consolidação da situação das contribuições com relação às iniciativas até setembro de 2020:

UNIDADES E N. DO RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SEI	INICIATIVAS DAS UNIDADES					
	NOME	INSERIDA NA CARTEIRA?	ESCOPO % EXECUTADO	PRAZO		CUSTO (R\$)
				STATUS	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	
ASCOM 11303611	Plano de Comunicação da Estratégia	sim	95%	em dia	12/2020	8.474,00
ASFAJ 11227385	Transformação Digital ALEI – Análise Legal Inteligente	sim	77%	em dia	02/2021	4.840300,00
CGPLS 11212424	Plano de Logística Sustentável 2019/2020	sim	65%	em dia	12/2020	337.000,00
COGER 11434538	Realização de Correções Gerais Ordinárias	sim	100%	concluída	03/2016	0,00
	Atualização compatibilização das normas Corregedoria Regional	sim	100%	concluída	12/2015	
	Meta 2 CNJ de nivelamento das Corregedorias-Relatar 80% procedimentos disciplinares em 180 dias	sim	100%	concluída	12/2015	
	Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no PJe de Primeiro e Segundo Graus	sim	10%	com atraso	12/2020	
COISI 10964085 11072334	Implementação do INFORSINT – Informes de Inteligência Curso de formação no Exército Curso de formação no BOPE Habitação para pistola e revolver	não	100%	concluídas		0,00
COJEF 11335416	Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e Trs	sim	43%	com atraso	09/2020	0,00
COREJ 11192007	Serviço de Evolução do Sistema de Cálculos da JF (SCJF)	sim	100%	concluída	04/2018	0,00
	E-PrecWeb	sim	100%	concluída	06/2018	131.150,00
ESMAF 10926168	Implantação de Plataforma EAD para Magistrados	sim	100%	concluída	12/2019	84.806,64
	Cursos abordando os temas: demandas repetitivas, execuções fiscais e não fiscais, improbidade administrativa, ações criminais, conciliação. Reuniões	não		em dia	Dez/2020	4.594.792,06
NUCON 11476467	Sistema de Agendamento da Audiências de Conciliação	sim	100%	concluída	02/2017	0,00
	Curso de Formação Virtual de Conciliadores e Mediadores Voluntários	não	50%	em dia	12/2020	0,00
	Capacitação dos Diretores dos Cejucs e Secons	não	100%	concluída	01/2020	103.928,00
	Sistema de Agendamento Automático de Audiências de Conciliação	não	100%	concluída	10/2020	0,00
	Portaria Conjunta Cogef/Cojef/Sistcon Auxílio Emergencial Covid 19	não	100%	concluída	07/2020	0,00
	Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça Plataforma Consumidor.gov.br	não	50%	em dia	12/2020	0,00
NUGEP 11339665	SIB – Sistema Inteligente de Busca	sim	70%	em dia	02/2021	0,00
SECGA 11483038	Construção da Nova Sede do TRF1	sim	40%	com atraso	10/2028	411.981.649,00
	Projeto Padrão para Sedes de Subseções	sim	90%	em dia	11/2020	314.068,00
	Deteção, Prevenção e Combate a Incêndio dos edifícios do TRF1	não	40%	com atraso	12/2020	386.161,00
	Acessibilidade para os edifícios do TRF1	não	70%	com atraso	12/2021	558.623,00
SECAU 11169773	Reestruturação da Secretaria de Controle Interno Gestão de Riscos nos Processos de Compras	sim	100%	concluídas		0,00
SECBE 11457144	Ações de Qualidade de Vida	não	85%	em dia	12/2020	12.800,00
	Exames Periódicos de Saúde	não	65%	com atraso	12/2020	0,00
NUCON 11476467	Sistema de Agendamento da Audiências de Conciliação	sim	100%	concluída	02/2017	0,00
	Curso de Formação Virtual de Conciliadores e Mediadores Voluntários	não	50%	em dia	12/2020	0,00
	Capacitação dos Diretores dos Cejucs e Secons	não	100%	concluída	01/2020	103.928,00
	Sistema de Agendamento Automático de Audiências de Conciliação	não	100%	concluída	10/2020	0,00
	Portaria Conjunta Cogef/Cojef/Sistcon Auxílio Emergencial Covid 19	não	100%	concluída	07/2020	0,00
	Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça Plataforma Consumidor.gov.br	não	50%	em dia	12/2020	0,00
NUGEP 11339665	SIB – Sistema Inteligente de Busca	sim	70%	em dia	02/2021	0,00
SECGA 11483038	Construção da Nova Sede do TRF1	sim	40%	com atraso	10/2028	411.981.649,00
	Projeto Padrão para Sedes de Subseções	sim	90%	em dia	11/2020	314.068,00
	Deteção, Prevenção e Combate a Incêndio dos edifícios do TRF1	não	40%	com atraso	12/2020	386.161,00
	Acessibilidade para os edifícios do TRF1	não	70%	com atraso	12/2021	558.623,00
SECAU 11169773	Reestruturação da Secretaria de Controle Interno Gestão de Riscos nos Processos de Compras	sim	100%	concluídas		0,00
SECBE 11457144	Ações de Qualidade de Vida	não	85%	em dia	12/2020	12.800,00
	Exames Periódicos de Saúde	não	65%	com atraso	12/2020	0,00

As dificuldades apontadas nos relatórios de prestação antecipada de contas pelas unidades do TRF1 foram:

- Asfaj - Dependência direta de ações ligadas à Secin
- Cogef - A grande extensão geográfica gera desafios na área da Tecnologia da Informação
- Coisi - integração deficitária entre os próprios setores de segurança do Tribunal e entre os setores de segurança do Tribunal e das seccionais
- Cojef - Inexperiência e falta de conhecimento de metodologias eficientes
- Corej - ajustes/aprimoramentos dos sistemas informatizados para automatização da validação de regras aplicáveis às requisições de pagamento e complexidade de programação de desenvolvimento do Sistema de Cálculos da Justiça Federal
- Esmaf - COVID19 vem impedido a Escola de realizar o extenso calendário de cursos presenciais
- Nucon - Mudança nas gestões dos parceiros institucionais - INSS, CAIXA, União etc; as instituições parceiras nem sempre correspondem com a mesma logística do TRF1
- Nugep - interfaces com a área de TI do TRF-1; criação de ambientes e dependências para execução de scripts

- SecGA - Baixa maturidade do quadro de servidores em relação às ações de planejamento das contratações e à gestão de riscos; indisponibilidade e/ou severa dificuldade encontrada para o desenvolvimento de sistemas informatizados próprios para a gestão administrativa, o que exige esforço adicional dos servidores em atividades meramente operacionais, provoca alongamento de prazos e incorre em maior sujeição a falhas
- SECAU - Baixa maturidade institucional em relação a gestão de riscos e controles internos, o que promove o desconhecimento acerca das atividades precípuas de auditoria interna e, conseqüentemente, a depreciação, por parte de gestores do Tribunal, do trabalho desempenhado pela equipe da Secau. Indisponibilidade de sistema próprio para realização de auditorias, o que exige esforço adicional dos servidores com atividades meramente operacionais durante o desenvolvimento das ações de auditoria
- Secge – Divulgação de resultados parciais para monitoramento pelas áreas
- SecGP-
- Secin - Diversidade de sistemas judiciais a serem substituídos, tornando complexa a tarefa de implantação do PJe; Quantidade de processos a serem migrados para o PJe, oriundos dos diversos sistemas judiciais legados; Quantidade de equipamentos de infraestrutura de TI da 1ª Região, tornando bastante complexo o nosso parque tecnológico; Quantidade de usuários internos e externos atendidos, gerando dificuldades na gestão e manutenção da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados; Extensão territorial da 1ª Região dificulta a gestão dos serviços abrangendo
- Secju - localidades com infraestrutura de telecomunicações e elétrica deficitárias
- Secor - Falta de conhecimento técnico por partes das seccionais para avaliação dos datacenters; necessidade de ajustes nos sistemas da folha de pagamento, do Benner e do e-AVS para segregação dos dados por área meio e área fim

Nenhuma unidade apresentou necessidade de intervenção do Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1 para complementação de recursos para as iniciativas.

Maria Carolina explica que as unidades ainda podem encaminhar complementações à essa prestação de contas no PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000, caso haja.

Maria Carolina pondera que, apesar das diversas dificuldades apontadas, houve grande crescimento e amadurecimento em gestão estratégica nesse ciclo de Planejamento Estratégico na 1ª Região, o que foi retratado no relatório de análise qualitativa da Estratégia na Justiça Federal elaborado pela Diple que registra as lições aprendidas, percepções e aprendizados na 1ª Região durante o ciclo 2015-2020:

ANO	HISTÓRICO	LIÇÕES APRENDIDAS
2015	Inicia-se novo ciclo de planejamento. Em 1º de janeiro de 2015 entram em vigor as resoluções aprovadas em 2014.	Teoria e prática são muito diferentes. Por melhor que seja a capacitação, haverá dificuldades, acertos e surpresas no caminho do aprendizado.
	São designados responsáveis para a governança da estratégia na 1ª Região (Portaria TRF1 92) e para as iniciativas nacionais (Portarias CJF 92 e 274).	É absolutamente necessário o convencimento prévio e constante, bem como o patrocínio da alta administração, conforme se aprenderá em 2016. A rede de governança estava bem definida, mas não houve adesão efetiva.
	CJF adota o <i>Redmine</i> para as comunicações entre CJF e TRFs e para repositório compartilhado de documentos.	A adoção de um repositório e sistema de comunicação não integrados aos sistemas administrativos e processuais usuais gera muita resistência.
	Em julho é aprovado o Plano de Comunicação da Estratégia (Resolução CJF 357).	Comunicação da estratégia nunca é suficiente. Sempre haverá alguém que diz que nunca ouviu falar. É recomendável diversificar as formas de comunicação.
	Em agosto é aprovado o Glossário de Metas para 2015 (Resolução CJF 356).	Após a aprovação do glossário de metas, as equipes de TI e estatística precisam de um tempo para sua implantação. A publicação do glossário deve ser no início do ano.
	Curso EAD Decifrando o planejamento estratégico (30h), 2 turmas. Curso EAD Gerenciamento de projetos (30h), 5 turmas.	EAD funciona. Capacitações sob medida preparam melhor o corpo técnico. Tutores da casa geram empatia. Turmas temáticas de localidades distintas trazem muitos resultados.
	Resolução TRF1 26 especializa a Divisão de Desenvolvimento Institucional, vinculada à Secge, tornando-a Divisão de Planejamento Estratégico (Diple).	Quando a unidade responsável pelo planejamento acumula outras atribuições prejudica a implantação e o monitoramento da estratégia.
	A Portaria CNJ 125 inaugura a exigência de inscrição para participação no Selo Justiça em Números, incluindo novos critérios, como a realização de RAEs. O TRF1 não foi agraciado na 1ª edição, em 2014, nem nesta 2ª, em 2015.	Quando não houver interesse por parte dos responsáveis em cumprir exigências normativas, formalizar uma delegação pode ser a melhor saída. Sabíamos que a RAE deveria ser feita pela alta administração, mas não tínhamos abertura para isso. Decidimos iniciar a implantação da RAEs numa instância hierárquica inferior. Acertamos. As RAEs trazem muito aprendizado para os seus participantes.
	Portaria TRF1 375 delega aos Cipes a realização das RAEs. A primeira RAE do Tribunal foi realizada pelo Cipe-TRF1 em 20/10/2015.	
	Em novembro, a Portaria TRF1 392 aprova os 15 planos de ação do Tribunal e das seccionais para o biênio 2015-2026, que integram a Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1ª Região. É determinado prazo para aprovação dos planos de ação para 2017 pelo CGER.	Um portfólio regional amplia a visão sistêmica e evidencia as iniciativas com potencial de compartilhamento entre os órgãos, promovendo aprendizagem e colaboração.
	Em agosto, I Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, promovido pelo CJF.	Presença física e abertura para debate e participação geram engajamento e impulsionam a estratégia. Os encontros presenciais renovam o ânimo dos gestores e técnicos e promovem colaboração e compartilhamento de boas práticas.
	Antecedendo ao encontro promovido pelo CJF, Encontro Nacional de Secads e de Semads, promovido pelo TRF1, com a possibilidade de participação no encontro nacional do segmento.	
	Em dezembro, o Tribunal alcançou índice 67,09 no I Diagnóstico de Governança da JF , promovido pelo CJF (2º melhor, nível intermediário de maturidade). Mas na avaliação consolidada por Região, a 1ª Região ficou em último lugar, com índice de 34,9, nível básico.	Os resultados da estratégia das seccionais tem grande peso nos índices da 1ª Região. O monitoramento da estratégia deve ser efetivo também nas seccionais.
CNJ determina a elaboração do PLS e sua integração ao planejamento (Resolução 201), o que não ocorreu em 2015.	É necessário conhecimento prévio sobre gestão ambiental e sustentabilidade para compreender sua relação com o planejamento estratégico.	

ANO	HISTÓRICO	LIÇÕES APRENDIDAS
2016	Em janeiro, a Portaria CJF 23 aprova o novo Manual de Projetos. Houve concomitante tentativa de implantar o Sei Projetos na Justiça Federal.	As mudanças nos cenários e na disponibilidade de recursos ocorrem rapidamente e de forma exponencial. Já a mudança da cultura é lenta e gradual. Sistemas externos não geram engajamento.
	Em maio, a Resolução CNJ 221 e a Portaria CNJ 97 estabelecem a gestão participativa.	A gestão participativa assusta a alta administração, especialmente a participação social. Proposta de tornar a RAE pública recusada.
	A Portaria CNJ 56 trouxe critérios ainda mais exigentes para obtenção do Selo Justiça em Números em sua 3ª edição, em 2016. O TRF1 não foi agraciado.	Órgãos superiores estão exigindo transparência e atuação efetiva da governança, que deve assumir seu papel de direção, avaliação e monitoramento.
	A Resolução CJF 400 cria o Observatório da Estratégia e o iGovJF.	Reforçada a exigência de transparência e atuação efetiva da governança.
	Em julho, intimação do CNJ leva à aprovação a jato da Resolução TRF1 4 e Portarias TRF1 44 e 49 , adotando o PLS como forma de gestão socioambiental. A comissão gestora do PLS é criada.	Ainda que feito às pressas, o PLS organizou as atividades da gestão socioambiental e determinou responsáveis e prazos, reforçando o aprendizado de 2007 de que qualquer planejamento formalizado faz a diferença na gestão.
	Em agosto, o TCU comunica a aprovação das contas de 2014 da 1ª Região, informando tratar-se de uma concessão, devido ao desempenho do TRF1 no plano estratégico 2012-2014.	Evento de oportunidade que promoveu a grande mudança na estratégia na 1ª Região. Ganhamos patrocinadores na governança.
	No mesmo mês, apoiada na intervenção do TCU, a gestão propõe o aprimoramento da Rede de Governança da Estratégia na 1ª Região, com a publicação da Portaria TRF 294 .	Além de nomear os representantes da governança, como feito em 2015, foram definidas e atribuídas as responsabilidades específicas de cada um. Efetivou-se o rodízio de Direfs no CGER.
	Ainda em agosto, realização de pesquisa eletrônica Governança Participativa (sobre metas), realizada pelo CJF (a pedido do TRF1) em cumprimento à Resolução CNJ 221, com 13,7 mil respondentes.	Quase o dobro de respondentes em relação à pesquisa de satisfação realizada em 2014 demonstra que pesquisas mais curtas e objetivas são mais bem aceitas.
	Em setembro é realizada a primeira RAE com a participação do Presidente do Tribunal e dos membros do CGER, com ênfase na avaliação do cumprimento das metas, aprovação de normativos e demarcação da agenda da estratégia.	Respostas rápidas das áreas técnicas às exigências superiores geram confiança e maior adesão da alta administração.
	Em outubro cria-se o Selo Estratégia em Ação como forma de promoção do cumprimento das metas (Portaria TRF1 348), necessidade evidenciada na RAE do mês anterior.	O grande interesse de magistrados e servidores em participar da premiação evidencia a importância do reconhecimento da força de trabalho. A premiação inaugurou uma nova fase no cumprimento de metas e, inclusive, no saneamento dos dados nos sistemas processuais.

ANO	HISTÓRICO	LIÇÕES APRENDIDAS
2017	O ano é marcado pelo severo contingenciamento orçamentário.	Muitas iniciativas estratégicas precisaram ser revistas, algumas com redução de escopo, outras com cancelamento de aquisições previstas, outras canceladas definitivamente, de forma a adequar a Carteira da 1ª Região à situação atual.
	Aproveitando a recente disposição da governança em patrocinar a estratégia, foram realizadas entre maio e setembro visitas técnicas a todos os gabinetes de desembargadores federais para uma conversa, distribuição da cartilha <i>Você é parte</i> e chamamento à ação.	A equipe de estratégia foi muito bem recebida nos gabinetes. O pessoal da área fim desconhece o trabalho feito pelo pessoal da área meio. Há muita insatisfação proveniente desse desconhecimento. Ao serem esclarecidos sobre estratégia, os servidores demonstram interesse e motivação. O pessoal da área meio desconhece as reais necessidades do pessoal da área fim. Muitas oportunidades de parceria se perdem devido a esse desconhecimento.
	Realização de todas as RAEs com a participação da governança.	Sugestões e soluções que nascem nas RAEs têm o peso de decisões da governança.
	Em junho, a Portaria CNJ 46 tornou a participação no Selo Justiça em Números obrigatória para todos os tribunais e trouxe critérios ainda mais exigentes para obtenção do selo em sua 4ª edição, em 2017, incluindo o relatório de gestão participativa. TRF1 foi agraciado pela primeira vez com o selo Bronze .	O esforço da Diest para atender aos requisitos de encaminhamento de dados e informações ao CNJ e os novos critérios de governança e de gestão na premiação aumentaram as chances de a 1ª Região ser premiada. A necessidade de reconhecimento é um grande fator motivador. Os selos Estratégia em Ação e Justiça em Números renovam os ânimos e a disposição.
	Ainda em junho, o CJF institui a Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal, por meio da Resolução CJF 447 .	Novas metodologias geram ansiedade. Aprender leva tempo. Convencer e ser convencido levam ainda mais tempo. Experiência teórica e prática não caminham juntas.
	Em julho a 1ª Região respondeu ao Levantamento Integrado de Governança e Gestão do TCU, cujo resultado foi divulgado em abr./2018. A média do IGG2017 dos 33 órgãos da JF foi de 36,23%, enquanto a média dos 15 órgãos do TRF1 foi de 34,53%, sendo 34,36% no 1º grau e 37% no 2º grau. No ranking, a maior pontuação do IGG2017 foi de 51% no TRF3, e a menor, de 21% na SJSC. Na 1ª Região, maior pontuação SJRR 41% e menor pontuação SJAM 30%.	As práticas de governança e gestão recomendadas pelo TCU devem ser proativamente adotadas. Analisadas isoladamente, as práticas relacionadas à estratégia (iGovPub2017) têm pontuação maior, sendo 42,87% na 1ª Região para uma média de 42,65% na JF.
	Em agosto, a Portaria TRF1 259 consolida a carteira de iniciativas estratégicas (2015-2020), tornando possível avaliar a estratégia acumulada com base nas iniciativas. A metodologia de gestão de projetos é flexibilizada, a Secge assume seu papel de apoio técnico e monitoramento.	Quando as responsabilidades são descentralizadas com patrocínio da governança e apoio técnico e metodológico mais próximo e disponível, possibilita-se o aprendizado e o engajamento dos gestores da ponta, que passam a sentirem-se responsáveis pela execução da estratégia.
	Curso EAD Decifrando o planejamento estratégico (30h), 2 turmas.	EAD funciona. Capacitações sob medida preparam melhor o corpo técnico. Tutores da casa geram empatia. Turmas temáticas de localidades distintas trazem muitos resultados.
	Em outubro, a Resolução CJF 457 altera o PETI sem a participação das unidades de estratégia.	O PETI permanece monitorado apenas no âmbito da Secin, ainda que integre a estratégia da 1ª Região. Não há sensação de pertencimento, figuram como atividades estanques.
	Em novembro, II Encontro Executando a Estratégia da Justiça Federal, promovido pelo CJF.	Tudo foi melhor quando há patrocínio da governança. Metodologias complexas assustam e geram muita ansiedade. Muitos gestores saíram do curso preocupados. Somente a menção à criação de formulários no SEI tranquilizou os gestores.

ANO	HISTÓRICO	LIÇÕES APRENDIDAS
2018	Mais um ano marcado pelo severo contingenciamento orçamentário.	O contexto orçamentário na data do planejamento pode mascarar a real capacidade de execução no momento do monitoramento.
	O ano também é marcado pelo avanço no monitoramento da estratégia. São criadas as planilhas em Excel de acompanhamento e cálculos de execução da estratégia, inseridas no SEI pelas seccionais antes das RAEs. São criados formulários específicos no SEI contendo as informações essenciais para as novas análises. A governança exige o envio periódico dos REE e dos RAPs. São realizadas tempestivamente as 3 RAEs com a presença da governança, sempre precedidas das reuniões dos Cipes, que avaliam a estratégia localmente e prestam contas ao CGER.	A resposta da gestão diante das exigências da governança é imediata. A aprendizagem é crescente. A experiência prática com apoio técnico metodológico presencial direcionado promove mudanças em progressão geométrica. Indicadores objetivos tornam os elementos abstratos do plano estratégico mais concretos e gerenciáveis.
	Em abril, pesquisa eletrônica para Avaliação Inicial da Maturidade em Gestão de Riscos, no Tribunal, com 530 respondentes entre 16 e 20/04/2018. Software livre com limitações.	Percepção da importância de realização de pesquisas curtas e objetivas, especialmente para a criação de linhas de base. Grande adesão, com quase 50% de respondentes.
	Entre abril e agosto, dando continuidade às visitas técnicas iniciadas em 2017 na área-fim, 24 unidades da área-meio foram contempladas com visita presencial da equipe de estratégia.	Nas visitas percebeu-se a necessidade de realização de oficinas práticas (oficinas). As visitas geram muita empatia e engajamento.
	Cursos presenciais Oficina de Plano de Ação (40h), 3 turmas, e Oficina de Gestão de Riscos (12h), 10 turmas, ministradas pela Diple (treinamento em serviço). Curso EAD Gerenciamento de projetos (40h), 3 turmas nas seccionais	Oficinas (práticas) geram mais satisfação e segurança que cursos teóricos. Tutores da casa geram empatia. Treinamento em serviço é muito eficaz.
	Em julho a 1ª Região respondeu ao Levantamento Integrado de Governança e Gestão do TCU, cujo resultado foi divulgado em nov./2018. A média do IGG2018 dos 33 órgãos da JF foi de 37,23%, enquanto a média dos 15 órgãos do TRF1 foi de 35,86%, sendo 35,08% no 1º grau e 46% no 2º grau. No ranking, a maior pontuação do IGG2018 foi de 55% no CJF, e a menor, de 26% na SJAM. Na 1ª Região, maior pontuação SJRR 50% e menor pontuação SJAM 26%. SJDF não respondeu.	As práticas de governança e gestão recomendadas pelo TCU devem ser proativamente adotadas. Analisadas isoladamente, as práticas relacionadas à estratégia (iGovPub2018) têm pontuação maior, sendo 45,43% na 1ª Região para uma média de 44,13% na JF. Convém instituir um sistema de governança e gestão.
	Em novembro, CGER aprova a aquisição de software de pesquisa eletrônica.	O processo de aquisição é lento. Deve sempre haver um plano B.
	Em dezembro, pesquisa eletrônica para Avaliação dos Canais de Denúncia existentes no Tribunal, com 301 respondentes em dezembro/2018. Software livre com limitações (plano B).	Pesquisas curtas e objetivas geram maior engajamento. Quanto menos prazo se fornece para o envio das respostas, mais rápido as pessoas respondem.
A Portaria CNJ 18 manteve os mesmos critérios de 2017 para obtenção do Selo Justiça em Números em 2018. TRF1 foi agraciado com o selo Bronze pela segunda vez consecutiva.	A obtenção de premiações e o avanço nos índices comparativos agradam muito à governança e motivam o corpo técnico, reforçando as vantagens do patrocínio da alta administração. As autoavaliações realizadas periodicamente despertam a busca pelo aprimoramento e promovem mudanças importantes na cultura organizacional.	

ANO	HISTÓRICO	LIÇÕES APRENDIDAS
2019	Mais um ano marcado pelo severo contingenciamento orçamentário.	O contexto orçamentário na data do planejamento pode mascarar a real capacidade de execução no momento do monitoramento.
	Mais um ano marcado pelo avanço no monitoramento da estratégia.	O monitoramento periódico leva à ação corretiva e melhora o desempenho.
	São criados o índice de foco dos projetos e o percentual de execução total da estratégia, considerando metas e iniciativas. É apresentado o painel indicativo da contribuição do Tribunal e das seccionais na execução da estratégia.	O monitoramento constante amplia a visão sistêmica.
	São apresentadas as listas de iniciativas mais estratégicas, mais complexas ou com potencial de compartilhamento seguindo a metodologia de gestão de projetos do CJF.	A implantação gradual de metodologias aparentemente complexas gera mais empatia e engajamento.
	São criados indicadores para acompanhamento de iniciativas estratégicas.	Início da cultura de indicadores (início do aprendizado).
	Aprovado o Glossário de Metas da JF1 (Portaria TRF1 8762933), com metas nacionais e específicas mais exigentes e metas exclusivas da 1ª Região.	A melhoria no desempenho da execução da estratégia ocasionada pelo avanço no monitoramento promove o estabelecimento de metas mais exigentes
	Curso presencial Oficina de Plano de Ação (40h), 2 turmas, ministradas pela Diple (treinamento em serviço).	Oficinas geram mais satisfação e segurança que cursos teóricos. Tutores da casa geram empatia. Treinamento em serviço é muito eficaz.
	A Portaria CNJ 88 transformou o Selo Justiça em Números em Prêmio Nacional de Qualidade , trazendo critérios mais exigentes em três dimensões: governança, produtividade e transparência/informação. TRF1 foi agraciado com o selo Prata .	A obtenção de premiações e o avanço nos índices comparativos agradam muito à governança e motivam o corpo técnico, reforçando as vantagens do patrocínio da alta administração.
	Pesquisa eletrônica sobre Temas para a Estratégia da Justiça Federal nos anos de 2021 a 2026 na 1ª Região, com 759 respondentes entre 1º e 06/08.	Pesquisas curtas e objetivas geram maior engajamento. Quanto menos prazo se fornece para o envio das respostas, mais rapidamente as pessoas respondem.
	Pesquisa eletrônica para avaliação da Satisfação do Usuário Externo na 1ª Região, com 1174 respondentes entre 9 e 19/12/2019.	
Implantação do MS Office 365 Enterprise 2, incluindo Teams, Sharepoint, Plataforma Power e outros aplicativos de colaboração online	Não poderia ter ocorrido em melhor época. Foi implantado e oferecido treinamento. As vantagens da utilização foram divulgadas, mas a utilização permaneceu livre. Houve interesse e engajamento, que seriam fortalecidos com a pandemia em 2020.	

ANO	HISTÓRICO	EM APRENDIZAGEM
2020	Ano marcado pela pandemia de Covid19. Teletrabalho. Colaboração a distância.	Atraso inicial na realização dos trabalhos. Descoberta de que a organização funciona a distância. Inesperada economia no pior ano do novo regime fiscal.
	Consulta Pública: Sistema de Governança e Gestão, com 122 respostas entre 27/01 e 15/02/2020.	Pesquisas longas e complexas geram menor participação.
	A Portaria CNJ 88 incluiu a 4ª dimensão: critérios de dados e tecnologia para obtenção do Prêmio Nacional de Qualidade.	A 4ª dimensão pode nos impedir de ser premiados.
	Glossário de Metas da JF da 1ª Região (Portaria TRF1 9884973)	A melhoria no desempenho da execução da estratégia ocasionada pelo avanço no monitoramento promove o estabelecimento de metas mais exigentes
	Planejamento de gestão de pessoas, planejamento de auditoria	Necessária integração dos planejamentos estratégicos de outras áreas e exigência de prestação de contas.
	Aprovação do Sistema de Governança e Gestão	Planejamento, execução, monitoramento e avaliação da gestão
	Prestação de contas antecipada	Percepção do andamento da estratégia. Necessidade de analisar a estratégia em menores intervalos de tempo.

O diretor geral pede aos gestores que envidem esforços para concluir suas contribuições à Estratégia 2015-2020, buscando soluções para o enfrentamento das dificuldades internas às unidades e procurando a ajuda da diretoria geral para superar os obstáculos externos à unidade que estejam dificultando a conclusão das iniciativas. Pede que a Asfaj e Nugep tentem superar juntamente com a Secin as dificuldades com relação à área de informática e, caso não consigam, que encaminhem processos no SEI para que a Diges ajude na superação das barreiras.

Com relação às dificuldades apontadas pela SecGA com relação à falta de maturidade dos servidores para elaboração do Plano de Aquisições, ressalta que esse é um tema muito importante para o Tribunal, com reflexos no orçamento e na auditoria e que o obstáculo da falta de maturidade deve ser superado com a busca de mais treinamento para os servidores.

3. Execução da estratégia 2015-2020

O Cipe coteja a evolução do percentual total de execução da Estratégia do Tribunal desde 2018 até outubro de 2020 de acordo com o progresso das iniciativas, comparando com a expectativa projetada.

Durante o período da pandemia manteve-se o percentual total de execução em 85%.

Até Fev/18	Até Jun/18	Até Out/18	Até Fev/19	Até Jun/19	Até Out/19	Até Fev/20	Até Jun/20	Até Out/20
59%	70%	73%	73%	69%	77%	85%	85%	85%

Ano	Expectativa (%)		
	Fevereiro	Junho	Outubro
2015	2,78	8,33	13,89
2016	19,44	25,00	30,56
2017	36,11	41,67	47,22
2018	52,78	58,33	63,89
2019	69,44	75,00	80,56
2020	86,11	91,67	97,22

A diretora da Diple Maria Carolina explica que o monitoramento das iniciativas estratégicas leva em consideração o percentual de execução e o peso das iniciativas sobre os objetivos estratégicos e é apresentado ao Cipe o quadro abaixo com a série histórica dos percentuais de execução da Estratégia do Tribunal com base nas iniciativas por objetivo estratégico até outubro de 2020.

Observa-se que, de modo geral, os percentuais executados de cada objetivo estratégico estão favoráveis e próximos à expectativa para o mês de outubro que era de 97,22%.

	Jun/19	Out/19	Fev/20	Jun/20	Out/20
1. Buscar a satisfação do usuário/cidadão	74	79	84	87	87
2. Agilizar os trâmites judiciais	71	79	84	86	85
3. Aumentar número de proc. encerrados por conciliação	73	79	84	85	88
4. Agilizar os trâmites dos proc. criminais, impunidade	67	77	85	85	85
5. Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	-	-	-	-	-
6. Agilizar os trâmites judiciais (execuções não fiscais)	68	76	85	84	83
7. Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	60	74	83	83	79
8. Agilizar os trâmites processuais - ações de improbidade	66	78	85	85	85
9. Aprimorar o funcionamento de controles internos	89	94	100	100	100
10. Reduzir o acúmulo de proc. demandas repetitivas	63	73	80	82	82
11. Desenvolver o potencial humano	58	67	84	87	87
12. Otimizar custos operacionais	63	71	82	82	81
13. Aprimorar a organização e as práticas da gestão estratégica	85	86	91	91	91
14. Assegurar a efetividade dos serviços de TI	60	68	76	76	77
15. Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal	67	77	83	84	86

O Cipe agora avalia o quadro a seguir, com o ranking das iniciativas mais estratégicas. A diretora da Diple esclarece que os projetos considerados mais estratégicos são aqueles que se alinham a maior número de metas do Poder Judiciário e da Justiça Federal e de objetivos estratégicos do Planej 2015/2020. O quadro demonstra a classificação e a nota de seleção dos projetos em andamento quanto ao alinhamento estratégico.

PROJETO		
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	140	12
Digitalização do Acervo Judicial do TRF1 - 2ª instância	128	12
ALEI - Análise Legal Inteligente	116	12
Sistema Inteligente de Buscas - SIB	104	12
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	68	12
Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no PJe de 1º e 2º Grau	52	12
Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e TRs	40	12
Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	27	9
Implantação do Plano de Logística Sustentável - PLS 2019/2020	27	9

Em seguida, o Cipe coteja o ranking dos projetos com maior risco, resultado da análise da complexidade x alinhamento estratégico dos projetos em andamento, que tem por finalidade sinalizar aos gestores as iniciativas que são ao mesmo tempo importantes e com maior grau de dificuldade em sua execução, conforme quadro abaixo.

PROJETO	NOTA
Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe	19
Deteção, Prevenção e Combate a Incêndio dos Edifícios do Tribunal	14
ALEI - Análise Legal Inteligente	11,6
Implantação do Plano de Logística Sustentável – PLS 2019/2020	11,5
Implantação da Estratégia de TI da Justiça Federal da 1ª Região - PrETI-JF1	11
Transformação Digital	10
Acessibilidade para os edifícios do TRF 1ª Região	9
Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	9
Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	7
Exames Periódicos de Saúde - EPS	7
Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções	6
Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados (CPDs) da 1ª Região	5

Sobre o Plano de Ação do Tribunal, que, em conjunto com os 14 Planos de Ação das Seccionais, compõe a Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1ª Região o Cipe verificou que, atualmente, há 24 iniciativas concluídas, 12 em andamento, 1 com indicação de suspensão e 2 canceladas.

Em andamento e em conformidade com o cronograma planejado temos os seguintes projetos:

Projeto	Unidade Responsável	Gerente do Projeto	% execução	Prazo previsto conclusão
1. Reestruturação dos Centros de Processamento de Dados (CPDs) da 1ª Região	Secor	Nádia Santana	41%	dez/2020
2. Plano de Comunicação da Estratégia na 1ª Região	Ascom	Rosângela da Cruz Silva	95%	dez/2020
3. Transformação Digital	Asfaj	Adriana Saraiva	85% da meta p/ 2020	dez/2021
4. Plano de Logística Sustentável PLS 2019/2020	CGPLS	Carlos Domingues	65%	dez/2020
5 – ALEI - Análise Legal Inteligente	Asfaj	Sérgio Lemos	55% da meta p/ 2020	dez/2021

Passa-se a analisar os projetos com atraso em relação aos cronogramas originalmente estabelecidos:

Projeto	Unidade Responsável	Gerente de Projeto	% Executado	Prazo planejado conclusão	Nova previsão prazo
1. Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – Pje	Secin	Janderson Casado V. Santos	68%	dez/18	dez/22
2. Implantação da Estratégia de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - PrETI-JF1	Secin	Átila Pinheiro Amorim	77%	dez/20	
3. Obra de Construção da Nova Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Secad	Cláudio Faustino	94% da meta p/ 2020	out/22	dez/28
4. Projeto Padrão para construção de novas sedes para as Subseções Judiciárias	Secor	Jansen Ávila	79%	nov/20	
5. Sistema Inteligente de busca-SIB	Nugep	Sérgio Lisias	75%	dez/19	dez/2020
6. Sistema Permanente de auxílio às Varas JEFs e TRs	Cojef	Alex Souza	43%	dez/19	
7. Evolução dos procedimentos de cadastro e rotinas de Prevenção no PJe de Primeiro e Segundo Graus	Coger	COGER	10% suspenso ?	dez/20	

O gestor do projeto Sistema Permanente de Auxílio às Varas JEFs e TRs justifica que está no aguardo da manifestação da Coger para dar prosseguimento à edição da resolução cuja minuta já está pronta.

Com relação ao projeto PRETI, o diretor da Secin informa que irá encaminhar solicitação de mudança do escopo do projeto para aprovação ainda este ano, tendo em vista as novas diretrizes do CNJ.

Sobre o projeto Prevenção no PJe, tendo em vista que não estão sendo prestadas informações sobre seu andamento há três reuniões do Cipe, propõe-se que seja suspenso da Carteira de Iniciativas neste ciclo. O Cipe é favorável à suspensão desse projeto.

Pede-se também que a Secin encaminhe informação à Diple sobre o percentual executado do projeto Implementação do PJe com relação ao planejado para execução até final de 2020.

4 - Solicitação de Mudanças de Projetos

Em seguida o Cipe avalia as solicitações de mudanças de dois projetos conforme indicado abaixo:

Projeto	Mudança	Motivo	Obs
Plano de Logística Sustentável PLS 2019/2020 (11684044)	Exclusão de 30% do Escopo	Impacto da pandemia	As ações excluídas serão reavaliadas para inclusão no PLS 2021-2022
Sistema de Auxílio aos JEFs e Trs (Cojef) (10525823)	Somente auxílio emergencial e virtual	Impacto da pandemia	Mediante verificação dinâmica do desequilíbrio na distribuição por meio de automação

O Supervisor da Seção de Apoio à Gestão Socioambiental, Carlos Domingues, informa que a proposta de mudança do PLS 2019/2020 tem como motivo o impacto gerado pela Pandemia e que consiste no cancelamento de aproximadamente 30% do escopo definido para o projeto para ser executado até dezembro de 2020, conforme segue:

- Substituição dos garrafões de água mineral por filtros
- Estudo de redução de custo de energia
- Otimização das Copas
- Aperfeiçoar coleta seletiva do Tribunal
- Terceirização como alternativa de transporte no serviço público - frota administrativa
- Modernização do Espaço Bem-estar
- Modernização do Projeto Vem de Bike

Informa que as ações excluídas agora serão reavaliadas para inclusão no próximo PAS-Plano de Ação Socioambiental 2021-2022 que será proposto ao Cipe oportunamente. O novo Plano deverá levar em consideração a situação do TRF1 com relação aos indicadores que são monitorados pelo CNJ e que compõem os requisitos para o Prêmio CNJ de Qualidade. Na última avaliação realizada pelo CNJ, em

que a 1ª Região logrou atingir 49% dos requisitos, foi possível identificar os pontos fracos existentes que deverão ser atacados pelo novo Plano, conforme quadro abaixo:

Indicadores IDS	2015/2020	Falta para alcançar a média JF	Ação Prevista
Consumo de energia elétrica (kWh) por área total	-35%	-35%	Ações preventivas e de aumento da eficiência
Consumo de água (m3) por área total	-47%	- 50%	Ações preventivas e de aumento da eficiência
Consumo de copos descartáveis per capita	-48%	- 50%	Substituição de copos de plástico por copos de vidro
Consumo de água envasada descartável per capita	-2,5%	- 55%	Sem ação prevista
Consumo de papel per capita	-33%	- 45%	Digitalização e PJe
Número usuários por veículo	Estável	-25%	Terceirização de parte da frota administrativa
Destinação de papel para reciclagem em relação ao total de papel consumido	≅ 100%	-	Desfazimento dos processos físicos
Participação relativa em ações de qualidade de vida	Cerca de 1/3 da JF 1ªR	-	Continuidade das ações de QV

O Cipe concorda com as mudanças propostas para o projeto PLS 2019/2020 e solicita que seja reavaliado também o nome do novo projeto, ou novos projetos, para evitar confusão entre as denominações PLS-Plano de Logística Sustentável e PAS-Plano de Ação Socioambiental.

Com relação à proposta de mudança do projeto Sistema Permanente de Auxílio aos JEFs e TRs, como o gestor não se manifestou na reunião para explicar a proposta, o Cipe opta por aguardar a explicação da Cojef antes de aprová-la.

5 - Proposição de novos projetos

Na sequência são apresentadas três proposições para novos projetos.

A diretora da DIGIB, Marília Mello, inicia apresentando a proposta para o Projeto TAJUFE, o alinhamento estratégico, o objetivo do projeto e como seria a implementação, conforme abaixo:

TAJUFE - Tabela de Assuntos da Justiça Federal da 1ª Região

Alinhamento estratégico:

Agilizar os trâmites judiciais
 Reduzir o acúmulo de proc. relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes
 Otimizar custos operacionais
 Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal

Objetivo: Padronizar a terminologia jurídica e administrativa utilizada nos diversos sistemas de informações do Tribunal, com vistas a facilitar a gestão e a recuperação de informações por seus usuários internos e externos, utilizando como base terminológica a Tabela de Assuntos do Conselho Nacional de Justiça.

Como:

Metodologia de prospecção terminológica
 Ferramenta de gestão de vocabulários controlados
 Validação da terminologia
 Integração da tabela de assuntos ao PJe, projeto Alei e BDJF1

Após discussão entre as unidades, fica decidido que o projeto deverá ser modificado para sanar as dúvidas levantadas pelo diretor da Secin de que já existe tabela única determinada pelo CNJ e que o PJe aceita exclusivamente a terminologia da tabela única já existente. A proposição de mudança deverá ser encaminhada para a Secju, Nupje, Asfaj, Coger e Secin para análise da conveniência da inclusão do projeto na Carteira de Iniciativas Estratégicas.

Com relação à proposta Inova-Tec Nujur, após explanação pela diretora da Digib de acordo com o quadro abaixo, e manifestações dos participantes, fica definido que deverá ser apresentada na próxima reunião do CGTI-Comitê de Governança de TI para avaliação sobre a possibilidade de priorização e inserção no PDTI-Plano Diretor de TI de 2021. A Diple ficará no aguardo da informação sobre a resposta do CGTI à essa demanda.

Inova-Tec Nujur - Criação de novo Banco de Jurisprudência do TRF1

Alinhamento estratégico:

Buscar a satisfação do usuário/cidadão

Agilizar os trâmites judiciais

Otimizar custos operacionais

Objetivo: Organizar e prover uma base própria de consulta à jurisprudência do TRF1

Como:

Criar Repositório de Jurisprudência do TRF1

Levantar os requisitos negociais e técnicos para o Futuro Banco de Jurisprudência

Criar plataforma

Carregar dados do banco antigo para o novo

Segue-se a apresentação da proposta da Secge e do Cogecon para o projeto Aprimora-PRO, que traz o alinhamento estratégico, o objetivo, a metodologia, o custo e o prazo expostos no painel abaixo:

Aprimora-PRO - Aprimoramento do gerenciamento de processos críticos do TRF 1ª Região

Alinhamento estratégico: Buscar a satisfação do usuário/cidadão; Agilizar os trâmites judiciais; Aumentar a conciliação; Agilizar os trâmites criminais; Agilizar os trâmites das execuções fiscais; Agilizar os trâmites das execuções não fiscais; Agilizar os processos de improbidade; Aprimorar o funcionamento dos controles internos; Reduzir o acúmulo de proc. relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes; Desenvolver o potencial humano; Otimizar custos operacionais; Aprimorar a organização e as práticas de gestão estratégica da Justiça Federal; Assegurar efetividade de TI; Aperfeiçoar a governança de TI.

Objetivo: Aprimoramento do gerenciamento de processos críticos do TRF 1ª Região

Como:

identificação e gerenciamento de pontos fracos (melhoria de processos)

identificação e gerenciamento de riscos

identificação, registro e gerenciamento do conhecimento dos processos mapeados

Sem custo

Conclusão em 12/2021

Análise para categorização: alto alinhamento estratégico e médio risco

O Cipe-TRF1 decide pela aprovação da inclusão do Aprimora-PRO na Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1ª Região.

6 - Elaboração da estratégia 2021-2026

Maria Carolina informa que o CNJ já definiu os 12 macrodesafios para a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026, consubstanciados por meio da Resolução CNJ 325 e representados visualmente no Mapa Estratégico que segue, sendo que todos os 12 macrodesafios nacionais se aplicam também à Justiça Federal.



Por sua vez a Justiça Federal incorporou esses 12 macrodesafios à sua própria Estratégia 2021-2026 e ainda incluiu mais dois específicos para a Justiça Federal por meio da Resolução CJF 668. Os Macrodesafios Específicos da Justiça Federal para o próximo ciclo são Aprimoramento da gestão do acervo de ações relativas a benefícios previdenciários e assistenciais e Fortalecimento da segurança e proteção institucional.



Caberá aos Tribunais Regionais Federais definir os seus próprios objetivos estratégicos, participar da definição das metas nacionais e específicas e das iniciativas nacionais, definir suas metas exclusivas e suas próprias iniciativas regionais e locais.

O Tribunal tem uma proposta de pesquisa eletrônica para os objetivos estratégicos e uma minuta de resolução para a gestão da Estratégia 2021-2026, para as quais conta com as sugestões de todos os servidores e magistrados do 1o e 2o graus, de modo que possamos construir a nossa estratégia de forma participativa, como determina a Resolução 221 do CNJ. Questiona-se se os gestores têm sugestões para inclusão de objetivos estratégicos.

Por fim, Maria Carolina noticia sobre a próxima reunião do CGER que deverá aprovar o encaminhamento da minuta de resolução sobre a gestão da Estratégia 2021-2026 da 1a Região para aprovação pelo Conselho de Administração ainda este ano.

Haverá também uma *live* pelo Teams sobre o Sistema de Governança e Gestão da 1a Região, prevista para ocorrer em 09/12/2020.

7. Extrato das próximas providências identificadas no decorrer da reunião:

Providência	Responsável	Prazo
Encaminhar complementações à prestação antecipada de contas no PAe SEI 0018897-69.2020.4.01.8000, caso haja	todas as unidades	até 11/12/2020
Caso necessário, solicitar ajuda à diretoria geral para superar os obstáculos externos à unidade que estejam dificultando a conclusão das iniciativas	todas as unidades	até 11/12/2020
Tentar superar juntamente com a Secin as dificuldades para conclusão das iniciativas com relação à área de informática	Asfaj e Nugep	até 11/12/2020
Buscar mais treinamento para os servidores envolvidos com a elaboração do Plano de Aquisições	SecGA	até a próxima reunião do Cipe
Encaminhar solicitação de mudança do escopo do projeto PRETI para aprovação do Cipe	Secin	até 11/12/2020
Suspender o projeto Prevenção no PJe da Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1a Região	Diple	até 11/12/2020
Encaminhar informação à Diple sobre o percentual executado do projeto Implantação do PJe com relação ao planejado para execução até final de 2020	Secin	até 11/12/2020
Alterar o escopo do PLS 2019/2020 conforme aprovado nesta reunião	Seamb	até 11/12/2020
Apresentar aos membros do Cipe explicação sobre a proposta de mudança do projeto Sistema Permanente de Auxílio aos JEFs e TRs	Cojef	até 11/12/2020
Modificar a proposta do projeto TAJUFE para sanar as dúvidas levantadas na reunião e encaminhar para a Secju, Nupje,	Digib	até 11/12/2020

Asfaj, Coger e Secin para análise da conveniência da inclusão do projeto na Carteira de Iniciativas Estratégicas.		
Informar à Digib e à Diple sobre a reposta do CGTI à proposta do projeto Inova-Tec Nujur, sobre a possibilidade de priorização e inserção no PDTI-Plano Diretor de TI de 2021	Secin	até/11/12/2020
Inserir o projeto Aprimora-PRO na Carteira de Iniciativas Estratégicas da 1ª Região	Diple	até 11/12/2020

Todos os signatários concordam com os termos desta Ata.



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Melre da Silva, Diretor(a) de Secretaria**, em 04/12/2020, às 16:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Luiz de Moraes, Chefe de Assessoria II**, em 05/12/2020, às 00:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Turnes, Diretor(a) de Secretaria**, em 07/12/2020, às 15:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Estela Maria Barbosa da Cruz, Diretor(a) de Secretaria**, em 09/12/2020, às 13:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clécio Martinelli França, Diretor(a) de Coordenadoria**, em 09/12/2020, às 23:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ionice de Paula Ribeiro, Diretor(a) de Secretaria**, em 22/12/2020, às 07:44 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Maia Bezerra, Diretor-Geral da Secretaria**, em 28/12/2020, às 15:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Vieira Coelho, Diretor(a) de Coordenadoria**, em 07/01/2021, às 16:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lopes Trindade, Diretor(a) de Secretaria**, em 18/01/2021, às 14:49 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre José Amaral Ferreira, Secretário(a) Executivo(a)**, em 03/02/2021, às 15:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilda Sigmaringa Seixas, Desembargadora Federal - Coordenadora Geral do Sistema de Conciliação - SistCon**, em 11/05/2021, às 16:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Lopes Jorge, Secretário(a) Executivo(a)**, em 24/06/2021, às 16:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **11822989** e o código CRC **FBEEC588**.